

ANÁLISE DA ESTRUTURA DE CAPITAL APÓS AS ALTERAÇÕES DA LEI N° 6.404/76: UM ESTUDO NO SETOR DE ALIMENTOS PROCESSADOS

Gianne Bassani de Oliveira¹; Letícia de Oliveira²

¹ Graduanda em Ciências Contábeis pela Universidade Federal da Grande Dourados – UFGD. Bolsista PIVIC de Iniciação Científica 2011/2012.

² Professora Adjunta da Faculdade de Administração, Ciências Contábeis e Economia – FACE, da Universidade Federal da Grande Dourados – UFGD.

Resumo

Com a alteração da Lei n° 6.404/76 em 2007 pela Lei n° 11.638/07, e posteriormente, pela Lei n° 11.941/09, foi inserido no Brasil as Normas Internacionais de Contabilidade, proporcionando as empresas tomar rumos voltados às normas internacionais. Por meio dessas alterações, foi possível a padronização das normas contábeis. O objetivo foi identificar as alterações provocadas pelas NIC no reconhecimento de passivos e patrimônios líquido que influenciaram a estrutura de capital. Utilizou-se de amostra de sete empresas do ramo de alimentos processados, pertencentes ao novo mercado da BMF&BOVESPA. Para o desenvolvimento da pesquisa, buscou informações nas demonstrações financeiras publicadas no período de 2005 a 2010. Os resultados mostraram que as empresas estão se adequando as mudanças e no ano de 2010 notou-se um aumento na conta do passivo, isto é, estão lançando todas as movimentações obrigatórias por lei.

Palavras-chave: Normas de contabilidade; estrutura de capital; convergência contábil, harmonização tributária e empresas de alimentos.

1. Introdução

A estrutura de capital está ligada à tomada de decisão de uma empresa em relação às fontes de capital: próprio e de terceiros, interferindo nas decisões de custos de capital e investimentos. Uma decisão tomada inadequadamente pode ocasionar uma alteração no custo do capital e interferir nos investimentos. Brito, Corrar e Batistella (2007, p. 01) relatam que apesar do tema estrutura de capital ser discutido há cerca de 50 anos, devido a heterogeneidade das evidências empíricas pode-se vir a crer que a estrutura de capital não foi tão explorada comparado aos anos de discussão. Na mesma linha de pensamento, Brito, Corrar e Batistella (2007, p. 01) apresentam que a estrutura de capital é irrelevante para o valor da empresa, mas em contraposição destaca que a teoria convencional diz o contrário, uma estrutura de capital ótima minimizaria o custo de capital e maximizaria o lucro.

Neste sentido, a pesquisa se desenvolveu por meio do seguinte questionamento: Quais as alterações de reconhecimento de passivos e de patrimônio líquido que influenciaram a estrutura de capital das empresas, após a convergência das Normas Brasileiras de Contabilidade (NBC) às Normas Internacionais de Contabilidade (NIC)?

Dessa forma, o presente trabalho, teve como objetivo identificar as alterações provocadas pelas NIC no reconhecimento de passivos e patrimônios líquido que influenciaram a estrutura de capital das empresas do setor de alimentos processados do Novo Mercado. Especificamente, buscou identificar as alterações no passivo e patrimônio líquido, identificar a estrutura de capital das empresas em estudo e confrontar o antes e o depois das alterações das normas em relação à estrutura de capital.

O trabalho se desenvolve ao longo de quatro seções divididos da seguinte forma: a primeira seção contempla a apresentação do trabalho em estudo; a segunda seção se dedica às normas de contabilidade, convergência contábil e harmonização, estrutura de capital, teoria tradicional e convencional, alterações no balanço patrimonial; a terceira seção

contempla à metodologia e na quarta seção são apresentados os resultado das análises onde poderá ser percebido se houveram ou não alterações provocadas pela convergência das normas internacionais de contabilidade.

2. Referencial Teórico

2.1 Normas de Contabilidade

Herringshaw (2007, p 01) comenta que Normas de Contabilidade servem para delimitar regras em um determinado país. Com essas Normas de Contabilidade fica consideravelmente menor o risco das contas obterem informações inadequadas e de difícil compreensão por quem está analisando.

2.1.1 Normas Brasileiras de Contabilidade

Normas Brasileiras de Contabilidade (NBC) compreende um conjunto de procedimentos e regras que devem ser observados para o exercício da prática contábil. As NBC editadas pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC) seguem os mesmos padrões e estilo usado nas Normas Internacionais de Contabilidade (NIC). Classificam-se as NBC em Técnicas e Profissionais, elas estabelecem preceitos de conduta profissional e padrões e ainda procedimentos técnicos importantes para que possa ser exercida corretamente a profissão contábil conforme a resolução CFC nº 1.328 de 18 de março de 2011. (CFC, 2011).

Tem por finalidade fazer com que o Brasil tenha um padrão a ser seguido bem como, os nomes das contas e seus seguimentos. Nomenclatura clara e padronizada evita distorções na forma de interpretar os demonstrativos.

Frey (2009, p.1-2), exemplificou detalhadamente como é classificado as NBC:

As Normas Brasileiras de Contabilidade - NBCs dividem-se em duas modalidades distintas, "Normas Profissionais" e "Normas Técnicas", podendo ser detalhadas através de Interpretações Técnicas, identificadas pela sigla IT. Também poderão ser emitidos Comunicados Técnicos, quando ocorrerem situações decorrentes de atos governamentais que afetem, transitoriamente, as Normas Brasileiras de Contabilidade - NBC.

Segundo Frey (2009), as normas profissionais referem-se a normas de conduta para o exercício profissional (auditor independente, interno e perito). As normas técnicas referem-se a conceitos, estrutura técnica e procedimentos a serem adotados estes, classificados na contabilidade, auditoria independente, interna e perícia.

2.1.2 Normas Internacionais de Contabilidade

A convergência contábil iniciou com a criação do *International Accounting Standards Committee* (IASC), no ano de 1973, pelos organismos de contabilidade de dez países: Alemanha, Austrália, Canadá, Estados Unidos, França, Irlanda, Japão, México, Países Baixos e Reino Unido. A nova entidade foi criada com o objetivo de formular e publicar, de forma totalmente independente, um novo padrão de normas contábeis internacionais, que pudesse ser mundialmente aceito (IBRACON, 2001, p. 11-18).

Huppes et al (2007, p.03), propõe que a padronização venha com o intuito de uniformizar as normas contábeis. E, através dessa padronização, a linguagem contábil ficaria melhor de compreender diante de outros países sem desrespeitar detalhes que diz respeito a questões econômicas, sociais e culturais de acordo com cada país.

Carvalho e Lemes (2002, p.43) falam sobre as dificuldades que a Contabilidade encontra para transpor em linguagem universal a comunicação, pois muitos ao encontrar dificuldade em entender o que está escrito muitas vezes desistem de recorrer a outros mercados.

2.1.3 Convergência Contábil – Harmonização ou Padronização das Normas

Com a Lei nº 11.638/07 é possível harmonizar a contabilidade do Brasil aos padrões conhecidos internacionalmente. Um ponto que muitos questionam é a questão das empresas de capital fechado a divulgar os seus balanços. Além disso, outras alterações ocorreram: extinção das Demonstrações das Origens e Aplicações de Recursos, sendo obrigatória a elaboração das Demonstrações dos Fluxos de Caixa e da Demonstração do Valor Adicionado. Na contabilidade a harmonização se deu por meio de um processo onde diversos países realizaram mudanças devidas nos seus sistemas e também nas normas contábeis para que o resultado final fosse a integração econômica e linguagem comum para que todos pudessem trabalhar de forma clara e acessível (AMENÁBAR, 2001).

Esse novo padrão também propõe que as normas pela Comissão de Valores Mobiliários (CVM) deverão ser elaboradas conforme os padrões internacionais de contabilidade.

A exigência de uma padronização das normas contábeis deve-se às fortes transformações que ao longo dos anos a contabilidade se deparou a fim de permitir comparabilidade com diversas empresas e facilitar a compreensão por todos os usuários LUNELLI (2008, p.01).

Segundo Cunha (2011, p. 32), “é de suma importância a harmonização das normas contábeis, para que as empresas brasileiras ganhem confiabilidade no mercado externo, gerando informações seguras e transparentes para os usuários”.

Para obter essa confiabilidade, Sá (2009) diz: “a consciência profissional do contabilista não deve permitir a fuga da sinceridade sobre a situação patrimonial e de resultados”.

Gruenfeld (2007) comenta que a convergência das NIC irá ajudar as análises e contribuirá com a redução do custo de capital e a produção dos relatórios financeiros.

2.2 Estrutura de Capital

A estrutura de capital de uma empresa é o efeito de como ela financia suas atividades. Almeida (1998) diz que as funções da contabilidade são basicamente registrar os fatos, relacionar de forma organizada os controles operacionais da empresa, fazer uma análise das apurações que a empresa teve durante o período e acompanhar os valores que a empresa tem a pagar e a receber conforme seu plano econômico.

Para Di Luca e Rambalducci (2011), o resultado como a empresa financia suas atividades é chamada de Estrutura de Capital. Toda empresa possui bens, obrigações e também direitos. Tem-se duas fontes de financiamentos para a empresa, a primeira chamada de capitais próprios e a segunda por meio de recursos de terceiros - exigível.

De acordo com Martins e Assaf Neto (1989, p.503), “a estrutura de capital refere-se à composição de suas fontes de financiamentos, oriundas de capital de terceiros (Passivo Exigível) e de capital próprio (Patrimônio Líquido)”. Martins e Assaf Neto (1989, p.503) acrescentam que “o estudo da estrutura de capital está estreitamente relacionado com o custo de capital total da empresa”.

Batista et al (2005, p.3), explica que “a estrutura de capital reflete de forma significativa sobre os resultados da empresa, podendo contribuir para o aumento ou redução dos lucros”. De acordo com Batista et al, (2005) a estrutura de capital é como um espelho

sobre os resultados da empresa e dessa forma como ela reflete pode contribuir para o crescimento ou a diminuição de seus lucros.

2.2.1 Teoria Tradicional

Brito, Corrar e Batistella (2007) comentam que a estrutura de capital influencia no valor de cada empresa, dessa forma o custo de capital de terceiros estará estável até certo grau de endividamento, esse grau seria até que seu custo de capital total atingisse um ponto mínimo. A partir desse ponto seria considerado como uma estrutura ótima de capital. “Como o custo de capital de terceiros é inferior ao custo do capital próprio, a empresa deveria se endividar até o ponto em que o seu custo de capital total atingisse um patamar mínimo” (BRITO, CORRAR E BATISTELLA 2007, p. 2).

Gitman (1987, p. 523-529) descreve as premissas principais sob as quais estão baseadas a Teoria Tradicional: em primeiro, tem-se o financiamento por meio de debêntures e ações onde o modelo tradicional presume que as fontes de financiamento que a empresa tenha a sua disposição sejam debêntures e ações realmente. Em segundo lugar, as taxas de distribuição de dividendos de 100%. Gitman (1987) presume que a empresa espalhava seus lucros na forma de dividendos. Já em terceiro, vem a inexistência de imposto de renda onde o imposto seria deixado de lado para a análise ficar simplificada. Em quarto, o Lucro antes de juros de imposto de renda (LAJIR) constante onde as distribuições futuras são conhecidas e o valor conhecido (esperado) anual sejam constantes. Essas distribuições ajudariam para a concretização de uma estrutura ótima de capital. Em quinto, o risco do negócio conserva-se constante, propondo que os ativos obtidos sejam tais que a atividade da empresa não sofra nenhuma alteração e proporcionaria uma alavancagem financeira se manter o risco de uma empresa estável. Por fim, em sexto, as variações no desenvolvimento financeiro onde a empresa vende as ações para diminuir a alavancagem e usa os valores recebidos para recuperar debêntures.

2.2.2 Teoria Convencional

A teoria convencional é um conjunto de pressupostos limitado. Para Brito, Corrar e Batistella (2007, p. 01):

A teoria convencional é baseada em um conjunto de pressupostos bastante restritivos, Modigliani e Miller (1958) argumentaram que a forma com que a empresa é financiada é irrelevante para o seu valor. Para os autores, o custo de capital da empresa é o mesmo para qualquer nível de endividamento e, portanto, não haveria uma estrutura de capital ótima. Dessa forma, o valor de uma empresa não é função da forma como ela é financiada, mas sim dos fluxos de caixa por ela gerados e do seu risco.

Brito, Corrar e Batistella (2007, p. 03) afirmam que não importa como a empresa financia, isso não intervém em seu valor, o resultado será o mesmo. Famá e Grava (2000, p. 29) também consideram que “o valor de uma empresa não se altera independente do fato de estar muito endividada, ou bem capitalizada.”

2.3 Alterações no Balanço Patrimonial – Passivo e Patrimônio Líquido

A NBC T 3.2, conceitua: “O balanço patrimonial é a demonstração contábil destinada a evidenciar, quantitativa e qualitativamente, numa determinada data, a posição patrimonial e financeira da Entidade.” A constituição de um Balanço Patrimonial (BP) é composta por ATIVO, PASSIVO e PATRIMÔNIO LÍQUIDO. O ativo compreende bens,

direitos e outras aplicações; passivo compreende origens de recursos (obrigações com terceiros) e o patrimônio líquido compreende os recursos próprios da entidade.

Por meio da Medida Provisória nº 449/2008, que foi convertida na Lei nº 11.941/09, foram alterados diversos dispositivos da Lei nº 6.404/1976 (Lei das S/A.). Algumas alterações foram: as obrigações da companhia, inclusive financiamentos para aquisição de direitos do Ativo Não-Circulante, serão classificadas no Passivo Circulante, quando se vencerem no exercício seguinte, e no Passivo Não-Circulante, se tiverem vencimento em prazo maior; no Passivo, as contas serão classificadas nos seguintes grupos: passivo circulante, não circulante e patrimônio líquido.

Neste sentido, pode-se descrever o antes (Lei nº 6.404/76) e o depois (Lei nº 11.941/09) no Balanço Patrimonial, conforme Quadro 2:

Antes		Depois	
Lei nº 6404/76 após Lei nº 11638/07 Balanço Patrimonial		Lei nº 6404/76 e Lei nº 11638/07 após Lei nº <u>11.941/09</u> Balanço Patrimonial	
Ativo	Passivo	Ativo	Passivo
Ativo Circulante	Passivo Circulante	Ativo Circulante	Passivo Circulante
Ativo realizável a Longo Prazo	Passivo Exigível a Longo Prazo	Ativo não circulante	Passivo Não Circulante
		Ativo realizável a Longo Prazo	Passivo Exigível a Longo Prazo
Ativo Permanente	Resultados de Exercícios Futuros	Investimentos	
Investimentos		Imobilizado	
Imobilizado	Patrimônio Líquido	Intangível	Patrimônio Líquido
Intangível	Capital social		Capital social
Diferido	Reservas de Capital		Reservas de Capital
	Ajustes de avaliação patrimonial		Ajustes de avaliação patrimonial
	Reservas de lucros		Reservas de lucros
	Prejuízos acumulados		Prejuízos acumulados

Quadro 2: Comparação do Balanço Patrimonial com base nas leis nº 6.404/76, 11.638/07 e 11.941/09. Fonte: Elaborado pela autora

Carvalho e Leme (2002, p.43) relatam sobre a dificuldade que a Contabilidade se depara ao definir uma comunicação em nível de vários países para ser acessível a todos sem desestimular e correr o risco de perder para outros mercados é de suma importância.

3. Metodologia

3.1 As empresas

As empresas pesquisadas neste estudo foram: BR FOODS, COSAN, JBS, SÃO MARTINHO, M. DIASBRANCO, MARFRIG E MINERVA. Essas empresas fazem parte do Novo Mercado da BMF&Bovespa e são pertencentes ao setor de processamento de alimentos.

3.2 Tipo de estudo

A pesquisa caracteriza-se como exploratória descritiva com dados qualitativos e quantitativos. Gil (1999) diz que uma pesquisa exploratória é feita com intuito de possibilitar uma visão geral sobre um determinado fato e que esse tipo de estudo é escolhido quando o tema proposto não é muito explorado. O objetivo é apresentar a situação de uma

determinada empresa antes da alteração da Lei nº 6.404/76 e após a alteração da lei para identificar mudanças na estrutura de capital.

3.3 Procedimento e análise dos dados

A amostra foi constituída dos Balanços Patrimoniais produzidos de 2005 a 2010 pelas empresas listadas no Novo Mercado da BMF&Bovespa que fazem parte do seguimento de processamento de alimentos: BR FOODS, COSAN, JBS, SÃO MARTINHO, M. DIAS BRANCO, MARFRIG e MINERVA .

Foram coletados os Balanços Patrimoniais das empresas em estudo na base de dados da Economática. Os dados serão analisados, por meio de análise horizontal [(Valor Atual do Item / Valor do Item Base Anterior) x 100] e análise vertical AV = (Elemento Patrimonial do Passivo / Passivo Total) x 100), do antes e depois das alterações nas Normas de Contabilidade que influenciaram na estrutura de capital de cada balanço em conformidade com as IFRS.

A pesquisa se desenvolveu por meio do seguinte método de cálculo na análise horizontal: 2005/2006, 2006/2007, 2007/2008, 2008/2009 e 2009/2010, sempre utilizando o ano anterior como ano base.

4. Resultados

Com base nos dados coletados para a pesquisa, segundo os objetivos propostos pela pesquisa, podem-se verificar as alterações nas contas do passivo e patrimônio líquido dos balanços patrimoniais das empresas estudadas através da análise horizontal e vertical.

4.1 Empresas BR Foods

A empresa BR Foods uma das maiores empresas de alimentos do mundo, foi criada a partir da associação entre Perdigão e Sadia. Trabalha nos segmentos de carnes, alimentos industrializados e lácteos, com marcas consagradas como Perdigão, Sadia, Batavo, Elegê, Qualy, entre outras.

A Tabela 1 apresenta os dados do Passivo e PL do Balanço Patrimonial da empresa BR FOODS.

PASSIVO	2005	2006	2007	2008	2009	2010
Passivo Circulante	68.258	39.774	72.837	1.217.093	2.929.375	3.305.635
Exigível Longo Prazo	509	101	101	1.048.289	2.810.432	1.957.701
Patrimônio Líquido	1.225.215	2.104.512	3.229.921	4.137.626	13.164.164	13.628.967
TOTAL	1.293.982	2.144.387	3.302.859	6.403.008	18.903.971	18.892.303

Tabela 1: Dados do Passivo e PL do Balanço Patrimonial da Empresa BR FOODS. (Valores em Real em milhares).

Fonte: Elaborado pela autora.

Analisando horizontalmente a conta participação de capital de terceiros que é composta pelo passivo circulante em 2006 houve uma variação negativa de 42% em relação o ano base 2005, em 2007 houve um crescimento de 83% em relação ao ano anterior, no ano de 2008 o crescimento foi de 1.571% comparado ao ano de 2007, em 2009 houve um aumento de 141% em relação ao ano anterior e no ano de 2010 um crescimento de 13% em relação ao ano de 2009.

A conta exigível a longo prazo no ano de 2006 apresentou uma queda de 80% em relação ao ano de 2005, no ano de 2007 manteve-se estável, sem crescimento ou diminuição na conta exigível a longo prazo. Em 2008 apresentou um crescimento de 1.037.810% em relação aos anos anteriores, em 2009 houve um aumento de 168% e no ano 2010 a empresa BR Foods teve uma redução de 30% em relação ao ano de 2009.

A conta patrimônio líquido em 2006 obteve 72% de crescimento em relação ao ano de 2005, em 2007 um crescimento de 153% em relação ao ano anterior, no ano de 2008 houve um crescimento de 128% em relação ao ano de 2007. Em 2009 a empresa alcançou um crescimento em 218% e no ano de 2010 apresentou 4% de crescimento em relação ao ano anterior.

A empresa BR Foods, apresentou em seu passivo total no ano de 2006 uma variação positiva de 66%, no ano de 2007 houve um crescimento de 154% em relação ao ano anterior, no ano de 2008 houve um aumento de 194% em relação ao ano de 2007, em 2009 teve um aumento 195% em relação ao ano anterior e no ano de 2010 um crescimento manteve-se estável em relação ao ano anterior.

Por meio da análise vertical da empresa BR Foods, nota-se que de 2005 a participação de terceiros foi de 5,28% e no ano de 2010 a participação foi de 17,50% a empresa aumentou sua dívida com fornecedores e obteve financiamentos no ano de 2008 a 2009.

A administração da BRFoods, reconheceu os ganhos e as perdas atuariais no momento que ocorreu através dos resultados abrangentes, pode-se notar o efeito no patrimônio líquido. A participação de não controladores foi realocada diretamente ao grupo do PL. Os dividendos e juros sobre o capital próprio nota-se que a parcela referente ao dividendo mínimo é registrada no passivo circulante (obrigação legal); e a parcela superior ao dividendo mínimo deve-se declarar antes do encerramento do período no patrimônio líquido. O aumento de 5% no patrimônio líquido que ocorreu de 31/12/2009 para 31/12/2010 foi devido à incorporação a oferta primária de captação de recursos e as ações concretizadas devido a fusão da Sadia. A BRFoods adaptou-se integralmente as mudanças nas IFRS.

4.2 Empresa Cosan

Cosan teve sua fundação em 1936, com a operação da Usina Costa Pinto, em Piracicaba (SP), voltada para produção de açúcar e etanol e é uma das maiores Companhias do país e possui um portfólio de atividades diversificadas.

A Tabela 2 apresenta os dados do Passivo e PL do Balanço Patrimonial da empresa Cosan.

PASSIVO	2005	2006	2007	2008	2009	2010
Passivo Circulante	297.924	353.274	262.905	1.711.013	1.062.034	561.582
Exigível Longo Prazo	1.822.478	2.005.956	1.858.942	2.421.938	3.123.362	4.630.256
Patrimônio Líquido	1.355.422	1.630.999	3.325.800	3.365.747	5.109.756	6.458.861
TOTAL	3.475.824	3.990.229	5.447.647	7.498.698	9.295.152	11.650.699

Tabela 2: Dados do Passivo e PL do Balanço Patrimonial da Empresa COSAN. (Valores em Real em milhares).

Fonte: Elaborado pela autora.

O passivo circulante da empresa Cosan, pela análise horizontal, em 2006 obteve um crescimento em 19% em relação ao ano de 2005, em 2007 teve uma queda de 26%, em relação a 2006. No ano de 2008 houve um crescimento de 551% em relação aos anos

anteriores, em 2009 sofreu uma queda 38% em relação ao ano de 2008 e no ano de 2010 finalizou com uma redução de 47% em relação ao ano de 2009.

A conta exigível a longo prazo, em 2006 houve um aumento de 10% em relação ao ano de 2005, em 2007 sofreu uma redução de 7% em relação ao ano anterior, no ano de 2008 houve um crescimento de 30%. No ano de 2009 obteve 29% de aumento em relação ao ano de 2008 e o ano 2010 houve um crescimento de 48%, em relação o ano anterior.

A conta do patrimônio líquido em 2006 houve um crescimento de 20% em relação ao ano de 2005, em 2007 a empresa Cosan continuou em crescimento 104%, em 2008 obteve 1% de aumento em seu PL em relação ao ano anterior. No ano de 2009 atingiu um crescimento de 52% e em 2010 a empresa conquistou um crescimento de 26% em relação ao ano anterior.

O total do passivo da empresa Cosan em 2006 apresentou 15%, em relação a 2005, em 2007 a empresa conquistou um crescimento no total do seu passivo de 37% em relação ao ano anterior. Em 2008 houve um crescimento de 38%, em 2009 houve novamente um aumento no total do passivo de 25% e em 2010 apresentou um crescimento em 25%, em relação ao ano anterior.

Verticalmente, a participação de terceiros em 2010 foi de 4,82%. Houve um aumento significativo no capital social da empresa Cosan no período de 2010, a participação foi de 40,27%.

4.3 Empresa JBS

A JBS é a maior empresa em processamento de proteína animal do mundo, ela atua nas áreas de alimentos, couro, biodiesel, colágeno e latas e a companhia está presente em vários países.

A Tabela 3 apresenta a os dados do Passivo e PL do Balanço Patrimonial da empresa JBS.

PASSIVO	2005	2006	2007	2008	2009	2010
Passivo Circulante	1.245.772	965.275	1.375.402	2.069.290	6.154.863	5.840.403
Exigível Longo Prazo	494.536	2.175.607	1.478.721	3.372.391	10.383.476	12.475.808
Patrimônio Líquido	395.052	183.045	3.054.588	6.134.411	16.728.086	17.594.371
TOTAL	2.135.360	3.323.927	5.908.711	11.576.092	33.266.425	35.910.582

Tabela 3: Dados do Passivo e PL do Balanço Patrimonial da Empresa JBS. (Valores em Real em milhares).

Fonte: Elaborado pela autora.

Analisando horizontalmente a conta capital de terceiros pode-se notar que em 2006 houve uma diminuição de 23% em relação ao ano de 2005, em 2007 o passivo circulante da empresa JBS houve um crescimento de 42% em relação ao ano anterior. No ano de 2008 a empresa obteve um crescimento de 50% maior que o ano de 2007, em 2009 o aumento chegou a 197%, 147% maior que o ano anterior; e no ano de 2010 a empresa obteve uma redução de 5% em relação ao ano de 2009.

A conta exigível a longo prazo no ano de 2006 alcançou um crescimento de 340%, 240% a mais que o ano de 2005, em 2007 sofreu uma queda de 32% em relação ao ano anterior e no ano de 2008 a empresa JBS obteve 128% de aumento em relação ao ano de 2007. Em 2009 a JBS obteve um crescimento de 208%, maior que o ano anterior, em 2010 houve um crescimento na conta exigível longo prazo de 20%, em relação ao ano de 2009.

O patrimônio líquido, da empresa JBS em 2006 obteve uma redução de 54% em relação ao ano de 2005, em 2007 houve um crescimento de 1.569%, em relação ao ano anterior. Em 2008 a empresa obteve um crescimento de 101% na conta do patrimônio

líquido em relação ao ano de 2007. O ano de 2009 houve um aumento de 173% em relação ao ano anterior e 2010 o crescimento foi de apenas 5%, comparado ao ano anterior.

O total do passivo da empresa JBS em 2006 aumentou 56% em relação o ano de 2005, já em 2007 o crescimento do total do passivo em relação ao ano anterior foi de 78%. No ano de 2008 obteve 96% de crescimento em relação ao ano anterior, em 2009 o total do passivo esteve em 187% de crescimento; e no ano de 2010 o total do passivo apresentou um crescimento de 8% em relação a 2009.

Alisando Verticalmente, conta de financiamentos curto prazo e longo prazo em 2010 houve um crescimento significativo, sua participação foi de 12,09% curto prazo e 18,60% longo prazo em relação ao PL. Nota-se que a obrigatoriedade da empresa lançar toda movimentação financeira de financiamentos fez com que a conta de financiamentos aumentasse. No patrimônio líquido o capital social em 2010 representou 50,25%.

A JBS reconhece títulos de dívida emitidos e passivos subordinados na data em que são ocorridos e todos os outros passivos financeiros são reconhecidos na data de negociação e empresa baixa um passivo financeiro quando tem suas obrigações canceladas ou quitadas. Nota-se que a empresa JBS está trabalhando com as normas do Brasil e não com as IFRS, pois utiliza o método de equivalência patrimonial e não pelo custo ou pelo valor justo.

4.4 Empresa M. Dias Branco

O Grupo M. Dias Branco no ano de 1927 estabeleceu seus negócios à cidade de Cedro, Centro Sul do Estado do Ceará. Hoje é uma Companhia de alimentos de capital aberto que fabrica, comercializa e distribui massas, farinha de trigo, e outros produtos em todo o Brasil.

A Tabela 4 apresenta os dados do Passivo e PL do Balanço Patrimonial.

PASSIVO	2005	2006	2007	2008	2009	2010
Passivo Circulante	456.472	457.101	475.997	526.809	267.046	185.995
Exigível Longo Prazo	290.143	215.554	172.489	106.592	96.493	112.315
Patrimônio Líquido	1.146.500	865.263	956.690	1.207.358	1.472.337	1.766.801
TOTAL	1.893.115	1.537.918	1.605.176	1.840.759	1.835.876	2.065.111

Tabela 4: Dados do Passivo e PL do Balanço Patrimonial da Empresa M.DIAS BRANCO. (Valores em Real em milhares).

Fonte: Elaborado pela autora.

A conta passivo circulante da M. Dias Branco em 2006 permaneceu estável em comparado ao ano de 2005, pela análise horizontal, em 2007 houve um crescimento de 4% em relação ao ano anterior, no ano de 2008 o passivo circulante obteve 11% de crescimento em relação ao ano anterior. Já no ano de 2009 houve uma queda de 49% em relação ao ano de 2008 e no ano 2010 obteve outra redução de 30% em relação ao ano anterior.

Analisando a conta exigível a longo prazo da empresa M. Dias Branco, o ano de 2006 houve uma redução 26%, em relação ao ano de 2005, em 2007 reduziu 20%, em relação ao ano anterior, em 2008 houve novamente uma redução na conta de 38%, em relação ao ano de 2007. Em 2009 a conta exigível a longo prazo obteve uma redução de 9% em relação ao ano anterior e no ano de 2010 houve um aumento de 16% em relação ao ano de 2009.

A conta do PL apresentou em 2006 uma redução de 25% em relação ao ano de 2005, em 2007 conquistou 11% de aumento em seu PL em relação ao ano anterior, em 2008 a empresa M. Dias Branco conquistou um aumento de 26% em relação ao ano de 2007. Em

2009 obteve 22% de crescimento em relação a 2007, e em 2010 houve um aumento de 20% em relação ao ano anterior.

Analisando o total do passivo da empresa, pode-se notar que no ano de 2006 houve uma redução de 19% em relação ao ano de 2005, em 2007 houve 4% de crescimento no total do passivo comparado ao ano anterior. Em 2008 a M. Dias Branco obteve um aumento de 15% em relação ao ano de 2007; em 2009 houve a empresa manteve-se estável, não havendo variação e no ano de 2010 houve um aumento de 12% em seu passivo total.

Verticalmente, a participação de terceiros em 2005 representava 24,11%, em 2010 representou 9,01%. Capital próprio em 2005 obteve 15,33% e no ano de 2010 5,44% e, relação ao patrimônio líquido. A empresa M. Dias Branco teve sua conta de PL em 2010 85,55%, nota-se que a conta que houve mais representatividade foi a Reserva Legal que em 2010 representou 43,44%.

Em 2010 foi o primeiro ano que a empresa adotou as IRFS, o passivo circulante e o não circulante da empresa M. Dias Branco é demonstrada pelos valores conhecidos, quando se tem variação decorrente de encargos, variação monetária, a diferença, valor presente, é contabilizado contra as contas de resultado. Sobre o capital social, as ações ordinárias são classificadas no PL, tem-se os dividendos mínimos obrigatórios reconhecidos no passivo, as ações em tesouraria readquiridas são reconhecidas ao custo e deduzido do patrimônio. A companhia reclassificou todas as transações que envolvia títulos e valores mobiliários em 2009, então em 2010 a reclassificação refletiu nas disponibilidades líquidas (redução).

4.5 Empresa Marfrig

O Grupo Marfrig é uma das maiores empresas de alimentos à base de carnes (bovina, suína, de aves e peixes). Possui unidades em 22 países e é considerada uma companhia diversificada e exporta seus produtos para mais de 140 países.

A Tabela 5 apresenta os dados do Passivo e PL do Balanço Patrimonial da empresa Marfrig.

PASSIVO	2005	2006	2007	2008	2009	2010
Passivo Circulante	316.603	297.301	786.771	821.232	1.478.371	2.605.409
Exigível Longo Prazo	179.858	1.036.154	1.699.119	3.117.779	3.790.155	4.222.683
Patrimônio Líquido	175.618	223.181	1.282.327	2.729.851	4.184.285	6.353.288
TOTAL	672.079	1.556.636	3.768.217	6.668.862	9.452.811	13.181.380

Tabela 5: Dados do Passivo e PL do Balanço Patrimonial da Empresa MARFRIG. (Valores em Real em milhares).

Fonte: Elaborado pela autora.

Verificou-se pela análise horizontal que a participação de capital de terceiros em 2006 obteve uma redução de 6%, em relação ao ano de 2005, em 2007 houve um aumento de 165%, 159% maior que o ano anterior, em 2008 houve um crescimento de 4% em relação ao ano de 2007. Em 2009 a empresa Marfrig conquistou um crescimento de 80% e no ano de 2010 a empresa apresentou um aumento no seu passivo circulante de 76% em relação ao ano anterior.

A conta exigível a longo prazo em 2006 apresentou um aumento de 476% em relação ao ano de 2005, em 2007 apresentou outro aumento de 64% em relação ao ano anterior, em 2008 houve um crescimento de 83% em relação a 2007. Em 2009 a empresa obteve 22% de crescimento em relação ao ano anterior e 2010 houve um aumento de 11% em relação ao ano de 2009.

O patrimônio líquido da empresa Marfrig em 2006 teve um aumento 27% em relação ao ano de 2005, em 2007 houve um crescimento significativo de 475% em relação

ao ano anterior, em 2008 obteve um crescimento de 113% em relação a 2007. Em 2009 obteve um crescimento de 53% e no ano de 2010 conquistou um crescimento de 52% em relação ao ano anterior.

O total do passivo da empresa em 2006 obteve um aumento 132% em relação a 2005, em 2007 houve um crescimento de 142% em relação ao ano anterior; já em 2008 houve 77% de crescimento em relação ao ano de 2007. O ano de 2009 obteve 42% de crescimento em relação ao ano de 2008 e em 2010 obteve um ganho de 39% em relação ao ano anterior.

A análise vertical da participação de capital de terceiros da Marfrig em 2010 obteve 19,77%, capital próprio 32,04% em relação ao patrimônio líquido. O PL da empresa em 2010 representou 48,20%, capital social foi a conta de mais participação 30,24%.

Primeiro ano que a empresa Marfrig apresenta seus dados de acordo com as IRFS, através das ações ordinárias, a empresa registrou no PL os custos ocorridos no processo de captação de recursos (pela emissão pública e privada de ações). A empresa destinou à porcentagem mínima exigida as reservas de lucros, nota-se que o ano de 2010 obteve crescimento devido a entrada de operações de outras empresas ao grupo Marfrig, aumento das vendas na Europa e a consolidação das operações da Seara ao grupo Marfrig.

4.6 Empresa Minerva

O grupo Minerva é um dos líderes na América do Sul e está entre os três maiores exportadores do Brasil. Atua na produção e comercialização de vários produtos: couro, carne bovina, boi vivo e outros.

A Tabela 6 apresenta os dados do Passivo e PL do Balanço Patrimonial Minerva.

PASSIVO	2005	2006	2007	2008	2009	2010
Passivo Circulante	306.381	412.314	259.869	541.348	494.920	465.676
Exigível Longo Prazo	198.674	300.938	576.191	1.116.540	1.017.744	1.442.177
Patrimônio Líquido	61.780	187.984	530.038	300.302	526.717	506.494
TOTAL	566.835	901.236	1.366.098	1.958.190	2.039.381	2.414.347

Tabela 6: Dados do Passivo e PL do Balanço Patrimonial da Empresa MINERVA. (Valores em Real em milhares).

Fonte: Elaborado pela autora.

Pela análise horizontal, observou-se que o passivo circulante da empresa Minerva em 2006 houve um aumento de 35% em relação ao ano de 2005, em 2007 houve uma redução de 37%, em 2008 obteve um aumento em seu passivo circulante de 108% em relação ao ano anterior. Em 2009 sofreu uma queda de 9% em relação ao ano de 2008 e em 2010 houve -6% de redução em relação ao ano anterior.

A conta exigível a longo prazo da empresa Minerva, apresentou em 2006 um aumento de 51% em relação ao ano de 2005, em 2007 houve um ganho de 91%, em 2008 obteve 94% de aumento em relação ao ano anterior. Em 2009 houve uma redução de 9% na sua conta exigível a longo prazo em relação ao ano anterior; e no ano de 2010 a empresa conquistou 42% de crescimento em relação à 2009.

O patrimônio líquido apresentou um aumento 204% em 2006, em 2007 houve um crescimento de 182% em relação ao ano anterior, em 2008 obteve uma redução de 43%, em relação ao ano de 2007, em 2009 obteve 75% de crescimento e no ano de 2010 obteve uma redução de 4% em relação ao ano anterior.

A empresa Minerva apresentou em 2006 um crescimento em seu passivo total de 59% em relação ao ano de 2005; em 2007 houve um crescimento de 52% em relação ao ano anterior; em 2008 obteve um ganho de 43% em relação ao ano de 2007; em 2009 apresentou um aumento de 4% em relação ao ano anterior e em 2010 houve um crescimento de 18% em relação ao ano de 2009.

Verticalmente, a participação de terceiros em 2010 representou 19,29% e de capital próprio representou 59,73% em relação ao patrimônio líquido. O patrimônio líquido da empresa Minerva em 2010 representou 20,98%, teve como conta mais significativa, capital social que representou 10,42% em relação ao PL.

Através da adoção das IRFS, os passivos para transações de pagamento com base em ações liquidadas em dinheiro são mensuradas pelo valor justo. O capital social subscrito e integralizado da empresa após diversas alterações referente ao programa de recompra de ações e aquisições de ações ordinárias que ocorreram em 2009 fez com que esse capital social em 2010 apresentasse um grande crescimento em relação aos anos anteriores. A empresa Minerva fez a distribuição de dividendos conforme o exigido assim como as reservas de lucros.

4.7 Empresa São Martinho

O Grupo São Martinho é hoje um dos maiores do Brasil no segmento sucroalcooleiro e também uma referência mundial na produção de açúcar e etanol.

A Tabela 7 apresenta os dados do Passivo e PL do Balanço Patrimonial São Martinho.

PASSIVO	2005	2006	2007	2008	2009	2010
Passivo Circulante	50.650	126.562	73.102	139.262	130.365	256.087
Exigível Longo Prazo	166.036	207.204	197.721	174.731	190.390	1.134.746
Patrimônio Líquido	363.328	1.671.480	1.624.581	1.576.702	1.690.755	1.953.486
TOTAL	580.014	2.005.246	1.895.404	1.890.695	2.011.510	3.344.319

Tabela 7: Dados do Passivo e PL do Balanço Patrimonial da Empresa SÃO MARTINHO. (Valores em Real em milhares).

Fonte: Elaborado pela autora.

A participação de capital de terceiros da empresa São Martinho em 2006, na análise horizontal, obteve um aumento de 150% em relação ao ano de 2005, em 2007 passou por uma redução de 42% em relação ao ano anterior. Em 2008 conquistou um crescimento de 91% em relação ao ano anterior, em 2009 a empresa sofreu uma redução de 6% e no ano de 2010 a São Martinho obteve um ganho de 96% em relação ao ano de 2009.

Analisando a conta exigível a longo prazo, nota-se que em 2006 a empresa obteve um aumento de 25% em relação ao ano anterior, em 2007 houve uma redução de 5% em relação ao ano de 2006, em 2008 a empresa passou novamente por uma redução na conta exigível longo prazo de 12%. Em 2009 houve um aumento 9%, em relação ao ano anterior e no ano de 2010, a empresa obteve um aumento de 496% em relação ao ano de 2009.

A conta do patrimônio líquido em 2006 obteve um aumento de 360% em relação ao ano de 2005, em 2007 a empresa São Martinho sofreu uma redução em seu PL de 3% em relação ao ano anterior, em 2008 a empresa obteve uma redução de 3% em relação ao ano de 2007. Em 2009 houve 7% de crescimento em seu PL e no ano de 2010 um crescimento de 16%, comparado aos anos anteriores o aumento foi pequeno, mas manteve a empresa em um percentual positivo em 2010.

O total do passivo da empresa em 2006 obteve um aumento de 246% em relação ao ano de 2005, em 2007 uma redução de 5%, comparado ao ano anterior o aumento que a empresa obteve foi suprido pela diminuição que ocorreu em 2007. Em 2008 a empresa manteve estável, sem variações, em 2009 houve 6 % de crescimento no total do passivo; em 2010 um aumento de 66% em relação ao ano de 2009.

Analisando verticalmente, em 2010 a conta capital de terceiros representou 7,66%, capital próprio representou 33,93% em relação ao PL. Em 2010 a dívida com financiamentos obteve um grande crescimento curto prazo e longo prazo. O PL em 2010 representou 58,41%.

Os empréstimos e financiamentos têm como garantia avais de acionistas e nota promissória, alienação fiduciária, hipoteca e aval de diretores. Houve um aumento de capital devido à aquisição de novas ações ordinárias e recompra de ações. A empresa tem-se as reservas de lucro conforme o exigido, distribuição de dividendos conforme o mínimo exigido 25% sobre o lucro líquido.

5. Considerações Finais

O presente trabalho teve como problema de pesquisa a seguinte questão: Quais as alterações de reconhecimento de passivos e de patrimônio líquido que influenciaram a estrutura de capital das empresas, após a convergência das Normas Brasileiras de Contabilidade (NBC) às Normas Internacionais de Contabilidade (NIC)?

Para encontrar a resposta da questão em estudo, buscou-se analisar o balanço patrimonial, precisamente o passivo de cada empresa, avaliando as informações divulgadas, nos exercícios sociais de 2005 a 2010, buscou-se identificar na estrutura de capital das empresas do setor de processamento de alimento do Novo Mercado, listadas na BMF&Bovespa as mudanças providas pelas Leis nº. 11.638/2007 e nº. 11.941/2009, que possibilitou ao Brasil aproximar da convergência das normas brasileiras para as normas internacionais de contabilidade.

O resultado das análises mostraram que houve alterações na estrutura de capital das empresas com as novas normas internacionais de contabilidade. Após a convergência das NBC às NIC, pode-se notar que as empresas estudadas estão se adequando aos poucos com as mudanças ocorridas. A pesquisa mostrou que a evolução que está ocorrendo na contabilidade foi aprimorada, devido à padronização das normas contábeis aos padrões internacionais, possibilitando um melhor entendimento das informações e um enriquecimento econômico.

Observou-se que a partir das novas mudanças, a conta do passivo circulante começou a ser modificada apresentando um crescimento em sua estrutura, ou seja, foram incluídas todas as operações que indicam que a empresa tenha obtido capital de terceiros. Na conta do patrimônio líquido notou-se um crescimento no ano de 2010.

Analisando, de maneira geral, as empresas estão se adequando as mudanças e em suas demonstrações contábeis. Como sugestão para futuras pesquisas tem-se a elaboração de um estudo dos anos após alteração da Lei nº 6.404/76 a partir do ano de 2010 a 2012, verificando como as empresas estão adaptando as mudanças ocorridas no cenário contábil.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, M. C. **Curso básico de contabilidade**. São Paulo: Atlas, 1998.

AMENÁBAR, Ana Maria Honojosa. **Harmonização contábil em cinco países da América do Sul**. Dissertação. Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade –Universidade de São Paulo – USP, São Paulo, 2001.

BRASIL. Lei nº 11.638, de 28 de dezembro de 2007. Altera e revoga dispositivos da lei nº 6.404/1976, e estende às sociedades de grande porte disposições relativas à elaboração e divulgação de demonstrações financeiras. Disponível em: www.planalto.gov.br. Acesso em: 27/07/2012.

_____. Lei nº 11.941, de 27 de maio de 2009. Conversão da Medida Provisória nº 449, de 2008. Disponível em: www.planalto.gov.br. Acesso em: 27/07/2012.

_____. Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976. Dispõe sobre as Sociedades por Ações. Disponível em: www.planalto.gov.br. Acesso em: 27/07/2012.

BATISTA, A.F; SIQUEIRA, B.S; NOVAES, J.F; FIGUEIREDO, D.M; **Estrutura de capital: Uma estratégia para endividamento ideal ou possível**. 2005 - XXV Encontro Nacional de Engenharia de Produção – Porto Alegre, RS, Brasil, 29 out a 01 de Nov de 2005. Disponível em: <http://www.abepro.org.br/biblioteca/ENEGEP2005_Enegep0305_0222.pdf>. Acesso em: 27/07/2012.

BRITO, G. A. S; CORRAR, L. J; BATISTELLA, F. D. **Fatores determinantes da estrutura de capital das maiores empresas que atuam no Brasil**. 2007. Revista de Contabilidade de Finanças. Vol.18. nº 43. São Paulo. Jan/Abr. 2007.

CARVALHO, L. N.; LEMES, S. **Padrões Contábeis Internacionais do IASB: um estudo comparativo com as normas contábeis brasileiras e sua aplicação**. UNB Contábil, Brasília, jul. 2002.

CUNHA, L. T. **Estrutura de capital e normas internacionais de contabilidade: estudo dos reflexos provocados pela convergência**. 1. ed. Dourados: Universidade Federal da Grande Dourados, 2011. p. 1-41.

DI LUCA, J.; RAMBALDUCCI, M. J. G. **Estrutura de capital e o processo de lavagem financeira: uma discussão sobre a relação entre níveis de endividamento e lucratividade**. Revista Terra e Cultura, ano XIX, n. 37, p.147- 156. Disponível em <http://web.unifil.br/docs/revista_eletronica/terra_cultura/37/Terra%20e%20Cultura_37-13.pdf> Acesso em 24/05/2012.

ROKEMBACH, R. **DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS, ASPÉCTOS PRATICOS E CONCEITOS TÉCNICOS**. Disponível em: <http://www.ccontabeis.com.br/Trabalho/livro_demosntr_aspectospraticos.pdf>. Acesso em 20/04/2012.

FREY, M. R. **ESTRUTURA DAS NORMAS BRASILEIRAS DE CONTABILIDADE**. Disponível em: <<http://www.cacic.ufsc.br/visualizar/normasb.pdf>>. Acesso em: 21/04/2012.

FAMÁ, R.; GRAVA, J.W. **Teoria da Estrutura de Capital - As discussões persistem**. 2000. Ensaio - Caderno de pesquisas em administração, São Paulo, v.1, nº11, 1ºTRIM./2000. Disponível em: < <http://www.ead.fea.usp.br/cad-pesq/arquivos/C11-ART04.pdf>>. Acesso em: 25/05/2012.

GIL, Antonio Carlos. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 5. ed. São Paulo; Atlas, 1999.

GITMAN, Lawrence J. **Princípios de administração financeira**. 3. ed. São Paulo: Harbra, 1987.

Gruenfeld, L. C. **As normas internacionais de contabilidade.** Disponível em: <<http://www.cpc.org.br/noticias25.htm>>. Acesso em: 10/11/2012.

HERRINGSHAW, V. **Normas de Contabilidade.** 2007. Disponível em: <<http://www.publishwhatyoupay.org/pt/about/advocacy/normas-de-contabilidade>>. Acesso em: 26/03/2012.

HUPPES, C. M. ; CORBARI, E. C. ; DAL VESCO, D. G. ; FRANCISCO, R. L. . **Normas Internacionais de Contabilidade: aspectos relevantes sobre a harmonização e padronização, uma descrição de estudos sobre o tema no Brasil.** In: I Congresso UFSC de Controladoria e Finanças, 2007, Florianópolis. ANAIS, 2007.

IBRACON. **Normas Internacionais de Contabilidade: texto completo de todas as Normas Internacionais de Contabilidade e Interpretação (SIC) existentes em 1º janeiro de 2001/IBRACON.** São Paulo. 2001, p. 11 a 18

INTRODUÇÃO ÀS NORMAS BRASILEIRAS DE CONTABILIDADE (NBC). Disponível em: <<http://www.portaldecontabilidade.com.br/nbc/normascontabilidade.htm>>. Acesso em 26/03/2012.

LUNELLI, R. L. **A PADRONIZAÇÃO DAS NORMAS CONTÁBEIS.** 2008. Disponível em: <http://www.portaldecontabilidade.com.br/noticias/padronizacao_normas.htm>. Acesso em: 14/03/2012.

NBC T.3 – CONCEITO, CONTEÚDO, ESTRUTURA E NOMENCLATURA DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS. Disponível em: <<http://www.portaldecontabilidade.com.br/nbc/t32.htm>>. Acesso em 23/07/2012.

Normas de Contabilidade.. Disponível em: <<http://www.publishwhatyoupay.org/pt/about/advocacy/normas-de-contabilidade>>. Acesso em: 18/04/2012.

NOTA EXPLICATIVA BRASIL FOODS. Disponível em: <http://www.brazilfoods.com/ri/siteri/web/arquivos/dfp_2010_.pdf>. Acesso em: 10/01/2013.

NOTA EXPLICATIVA JBS. Disponível em: <http://www.mailngplus.com.br/deliverer_homolog/arq/cli/arq_1903_92460.pdf>. Acesso em: 10/01/2013.

NOTA EXPLICATIVA M. DIAS BRANCO. Disponível em: <http://www.mzweb.com.br/mdiasbranco/web/arquivos/MDIAS_DFs_2010_PORT.pdf>. Acesso em: 10/01/2013.

NOTA EXPLICATIVA MARFRIG. Disponível em: <<http://ri.marfrig.com.br/RAO/2010/port/df/07.htm>>. Acesso em: 10/01/2013.

NOTA EXPLICATIVA MINERVA. Disponível em: <<http://siteempresas.bovespa.com.br/DWL/FormDetalleDownload.asp?site=C&prot=322552>>. Acesso em: 10/01/2013.

NOTA EXPLICATIVA MINERVA. Disponível em: <http://www.mzweb.com.br/saomartinho/web/arquivos/SMTO_DFs_2010_port.pdf>. Acesso em: 10/01/2013.

MARTINS, E.; ASSAF NETO, Alexandre. **Administração financeira: as finanças das empresas sob condições inflacionárias.** São Paulo: Atlas, 1989.

MODIGLIANI, F. e MILLER, M. H. **The Cost of Capital, Corporation Finance, and the Theory of Investment.** American Economic Review, Junho de 1958. p. 261-297.

CARNEIRO, J. D. **RESOLUÇÃO CFC N° 1328/11.** Disponível em: <http://www.crcsp.org.br/portal_novo/legislacao_contabil/resolucoes/Res1328.htm>. Acesso em 01/08/2012.

SÁ, A. L. **O padrão IASB de contabilidade não é adotado nos principais mercados financeiros.** Disponível em: <<http://www2.masterdirect.com.br/448892/index.asp?opcao=7&cliente=448892&avulsa=6515>>. Acesso em 10/11/2012.